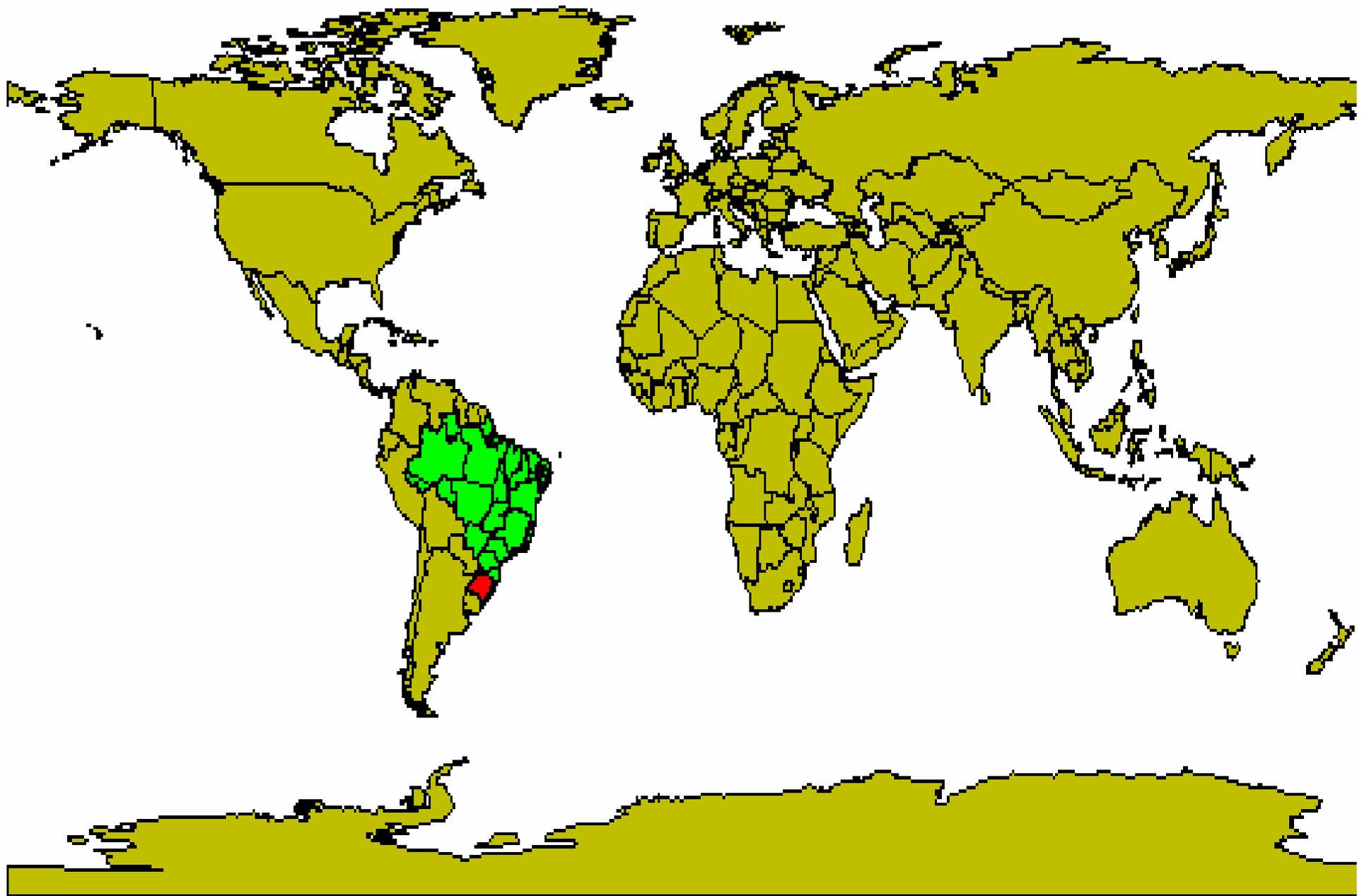


Orçamento Participativo

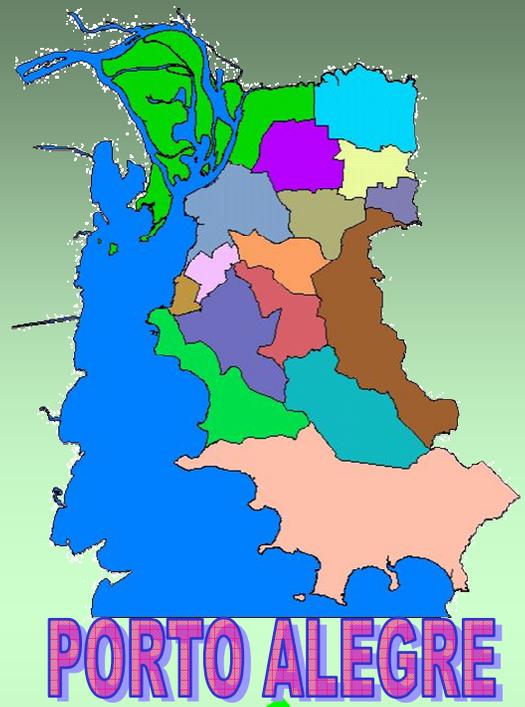


PORTO ALEGRE





RIO GRANDE
DO SUL



PREFEITURA MUNICIPAL
DE PORTO ALEGRE

Porto Alegre



Área: 476,30 km²

População: 1,4 milhões

Predominância econômica: serviços e comércio

Região metropolitana:

27 municípios

3,5 milhões de habitantes

CARACTERÍSTICAS DA CIDADE

- **População:** 1.360.590 habitantes (Censo IBGE/2000)
- **Homens:** 635.820 **Mulheres:** 724.770
- **Expectativa de vida:** média de 71,59 anos

- **Eleitores:** 1.005.998
(Fonte: Tribunal Regional Eleitoral / 2004)

- **PIB** (Produto Interno Bruto) - R\$ 15 bilhões, 944 milhões, 201 mil – €\$ 5,3 bi (1ª posição no Estado)
- **PIB per capita** - R\$ 11.257,00
(Fonte: Fundação de Economia e Estatística / 2004)

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE



PREFEITURA DE PORTO ALEGRE

ESTRUTURA



A PREFEITURA DA CAPITAL

 27 Órgãos

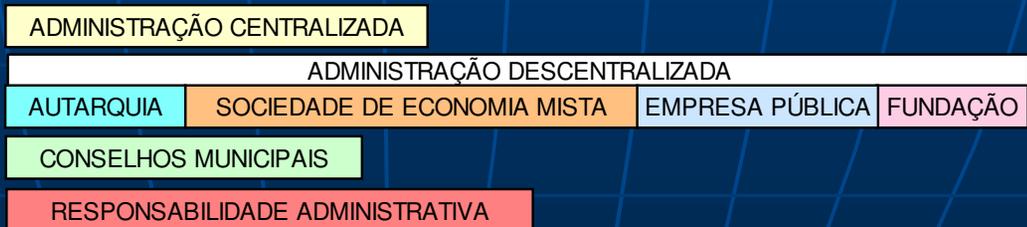
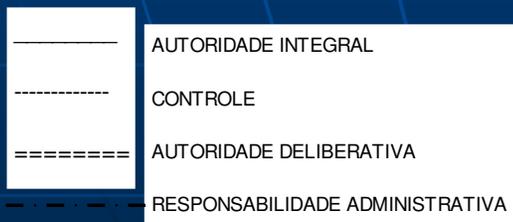
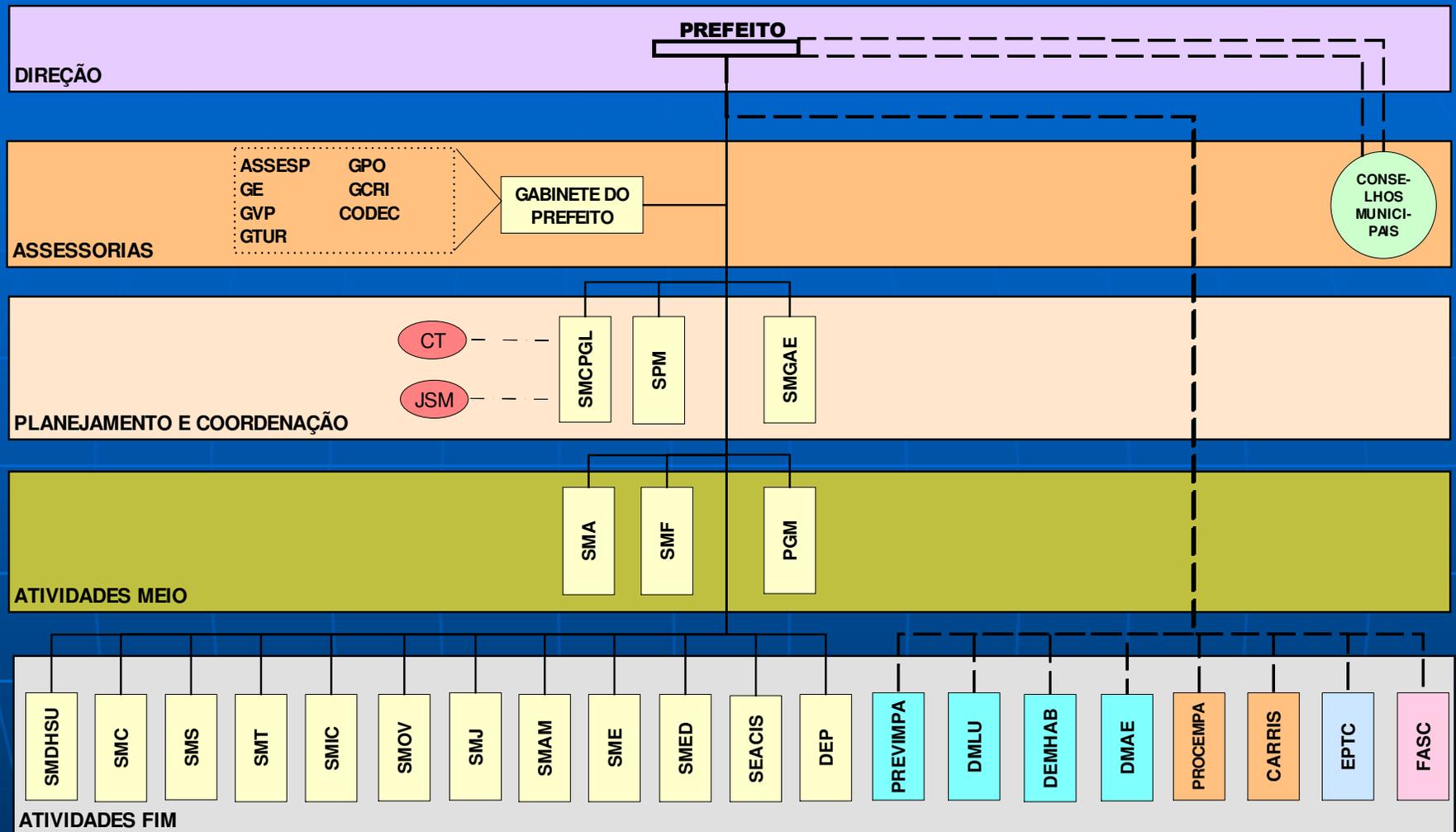
(Secretarias, Empresas e Fundação)

 20 mil servidores

ESTRUTURA GERAL



ORGANOGRAMA GERAL DA PMPA



ORÇAMENTO PÚBLICO

MODELO ORÇAMENTÁRIO BRASILEIRO

- PPA – Plano Plurianual
- LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
- LOA – Lei Orçamentária Anual

PPA

- Visa incrementar a eficácia do Planejamento Público;
- Horizonte temporal de 4 anos;
- Preocupação com a continuidade das ações públicas

LDO

- Orienta a Lei do Orçamento (LOA);
- Elo de ligação entre o PPA e a LOA.
- Compreende as metas e prioridades da administração, as Metas Fiscais e os Riscos Fiscais e Providências.

ORÇAMENTO

- “ Orçamento público é um processo contínuo, dinâmico e flexível, que traduz, em termos financeiros, para determinado período, os planos e programas de governo, ajustando o ritmo de execução ao fluxo de recursos previstos, de modo a assegurar a contínua e oportuna liberação desses recurso” (Baleeiro, 1984)

ORÇAMENTO

- R\$ 3.247,8 MILHÕES.
- Investimentos - R\$ 385.554,00 = 12%
- 1,1 BILHÕES DE EUROS
 - Despesas Constitucionais:
 - Educação - 25% (CF) e 30% (LOM)
 - Saúde - 13 % (CF)

COMPOSIÇÃO DA RECEITA

■ 2/4 RECURSOS PRÓPRIOS

- (Imposto Predial e territorial Urbano, Imposto Sobre Serviços, Imposto sobre transmissão de bens Imóveis,...)

■ 1/4 RECURSOS DA UNIÃO

- (Fundo de Participação dos Municípios, Repasse Saúde – SUS, Fundo de Educação, Convênios,...)

■ 1/4 RECURSOS DO ESTADO

- (Impostos sobre propriedade de carros, Impostos sobre Circulação de Mercadorias,...)

PLANEJAMENTO PÚBLICO DESCENTRALIZADO

- A participação popular existente nos processo de decisão do P&O público possui relevância para socializar os problemas e construir conjuntamente as respostas para os mesmos e também para ampliar a transparência como um todo.

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO PORTO ALEGRE

HISTÓRICO E ANTECEDENTES

- A origem dos movimentos populares de Porto Alegre se dá no imediato pós-guerra com a criação de diversas associações locais e a constituição da FRACAB, Federação Rio-Grandense de Associações Comunitárias e Amigos de Bairro na segunda metade da década de 50

- Em 1983 com a criação da UAMPA (União das Associações de Moradores de Porto Alegre)

- Após a redemocratização, a primeira eleição municipal em Porto Alegre é vencida pelo PDT (Partido Democrático Trabalhista) e implica na introdução de políticas participativas, tendo sido proposta inclusive a criação de um conselho popular e a instituição dos assim chamados “fiscais de vila” uma forma institucional de fiscalização do governo.

BASE LEGAL DO OP

O OP está previsto na Constituição Federal de 1988 garante a participação popular no processo decisório orçamentário:

"Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado."

No âmbito dos municípios há um dispositivo específico na CF/88 que ampara a participação da sociedade civil na elaboração dos orçamentos e no planejamento da gestão municipal.

“Inciso XII do artigo 29, que estabelece, como preceito a ser seguido pelos Municípios, a cooperação das associações representativas no planejamento municipal.”

O Orçamento Participativo:

A população conhece e decide sobre o orçamento anual do município de forma direta, em encontros por região e por tema.

Marco Normativo:

Lei Orgânica Municipal, art. 116, § 1º:

"Fica garantida a participação da comunidade, a partir das regiões do Município nas etapas de elaboração, definição e acompanhamento da execução do Plano Pluri-anual, das Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento anual."

A TRAJETÓRIA DA PARTICIPAÇÃO POPULAR EM PORTO ALEGRE:

**A DEMOCRACIA
CONSTRUINDO A INCLUSÃO
SOCIAL**

BASES CONCEITUAIS

- ◆ **DEMOCRACIA PARTICIPATIVA**
- ◆ **INVERSÃO DE PRIORIDADES**

1989 – ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

- ◆ A cidade foi dividida em 17 regiões, de acordo com as formas prévias de organização comunitária;
- ◆ As reuniões regionais do Orçamento Participativo decidem as prioridades de investimento em cada região;

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

- ◆ **As reuniões públicas decidem as regras do processo de participação;**
- ◆ **Ao final do processo, o Conselho do Orçamento Participativo e o Governo Municipal elaboram a proposta de Orçamento, que será enviada aos vereadores.**

CONTRIBUIÇÕES UNIVERSAIS DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

- Democratização da relação do Estado com a sociedade;
- Criação de uma esfera pública não estatal, onde a sociedade institui tanto o processo de co-gestão (COP-Governo) da cidade, como os mecanismos de controle social sobre o Estado

As três bases do Orçamento Participativo:

1 - Base regional

2 - Base temática

3 - Base institucional

Orçamento Participativo:

Base Geográfica

Divisão regional da
Cidade (17)



Base Temática

As seis Plenárias Temáticas

-  Transporte e Circulação
-  Saúde e Assistência Social
-  Educação, Esporte e Lazer
-  Cultura
-  Desenvolvimento Econômico, Tributação e Turismo
-  Organização da Cidade e Desenvolvimento Urbano

Base Institucional

O conjunto de Secretarias e órgãos da Prefeitura propõe seus orçamentos para custeio, gastos de pessoal, projetos institucionais, etc.

**CICLO
DO
ORÇAMENTO
PARTICIPATIVO**

Cronologia do orçamento participativo:

Reuniões Preparatórias (março/abril)

Reuniões de articulação e preparação nas regiões, e temáticas

- ◆ **Prestação de contas do ano anterior**
- ◆ **Apresentação do Plano de Investimentos do ano**
- ◆ **Apresentação PPA 20010/2014**
- ◆ **Apresentação dos critérios e métodos (Regimento do OP em vigor)**
- ◆ **Discussão de Prioridades Temáticas;**
- ◆ **Sugestão de prioridades e demandas pela Internet**

Cronologia do orçamento participativo:

Rodada Única (segunda Quinzena Abril – Maio)

Rodada de Assembléias nas regiões e temáticas

- ◆ **Eleição das Prioridades Temáticas;**
- ◆ **Eleição dos Conselheiros;**
- ◆ **Definição do Número de Delegados;**
- ◆ **Prestação de Contas.**

ELEIÇÃO DAS PRIORIDADES

ELEIÇÃO DAS PRIORIDADES

Cada individuo presente na Assembléia elege, em ordem de importância, as quatro prioridades temáticas de sua região ou as especificidades de sua temática.

Uma Equipe da Prefeitura faz a apuração dos votos de cada tema, que é fiscalizada pela comunidade, e ao final da Assembléia são anunciadas as prioridades da Região ou Temática.

Lista das prioridades

- **1 - Saneamento Básico – Drenagem e Dragagem(Arroios)**
- **2 – Saneamento Básico – Água e Esgoto Cloacal**
- **3 – Habitação**
- **4 – Pavimentação de Vias**
- **5 - Educação**
- **6 – Assistência Social**
- **7 – Saúde**
- **8 – Circulação e Transporte**
- **9 - Áreas de Lazer (Meio Ambiente)**
- **10 – Esporte Lazer**
- **11 – Iluminação Pública**
- **12 – Desenvolvimento Econômico e Tributação**
- **13 - Cultura**
- **14 – Saneamento Ambiental**
- **15 - Juventude**
- **16 – Acessibilidade e Mobilidade Urbana**
- **17 - Turismo**

Modelo de Cédula de Votação de Prioridades

REGIONALES

Cédula de Votação – Prioridades Temáticas

Primeira Prioridade

Número

Segunda Prioridade

Número

Terceira Prioridade

Número

Quarta Prioridade

Número

PRIORIDADES REGIONAIS ELEITAS PARA 2009

1º	HABITAÇÃO	43	PONTOS
1º	EDUCAÇÃO	43	PONTOS
3º	ASS. SOCIAL	21	PONTOS
4º	PAVIMENTAÇÃO	18	PONTOS
5º	SAÚDE	17	PONTOS
6º	SANEAMENTO BÁSICO - DEP	13	PONTOS
7º	SANEAMENTO BÁSICO - DMAE	7	PONTOS
8º	DES. ECONÔMICO	6	PONTOS
9º	CULTURA	2	PONTOS
10º	ÁREAS DE LAZER	0	PONTOS
11º	ESPORTE LAZER	0	PONTOS
12º	ILUM.PUB. DIP	0	PONTOS
13º	TRANSPORTE E CIRCULAÇÃO	0	PONTOS
14º	SANEAMENTO AMBIENTAL	0	PONTOS
15º	JUVENTUDE	0	PONTOS
16º	ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE URBANA	0	PONTOS

PRIORIDADES ELEITAS NAS TEMÁTICAS

- Saúde e Assistência Social;
- Educação, Esporte e Lazer
- Cultura
- Desenvolvimento Econômico, Tributação e Turismo
- Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental
- Circulação e Transporte

Saúde e Assistência Social

Saúde

- Construção e Ampliação de Rede Especializada
- Reforma, Ampliação e Construção de Postos de Saúde
- Ampliação de Serviços na Rede Básica

Assistência Social

- Equipamentos de Assistência que tem como objetivo atender toda a cidade, tipo : Abrigos
- Serviço de atendimento Sócio-Educativo

Educação, Esporte e Lazer

Educação

- Educação de Jovens e Adultos
- Educação Infantil
- Ensino Fundamental
- Educação Especial

Esporte e Lazer

- Equipamentos Esportivos
- Reforma e Ampliação dos Centros Comunitários
- Equipamentos de Lazer e Recreação

Cultura

- Atividades de Descentralização da Cultura
- Equipamentos Culturais
- Ações e Eventos da Cultura

Desenvolvimento Econômico, Tributação e Turismo

- Geração de Trabalho e Renda- Apoio à Iniciativas Populares
- Abastecimento e Área Rural
- Apoio a Empreendimentos
- Turismo

Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental

- Habitação: Fomento ao Cooperativismo Habitacional
- Saneamento Básico : Recuperação / Reconstrução de Rede Pluvial
- Meio Ambiente: Programa Área de Risco
- Urbanismo
- Saneamento Ambiental

Circulação e Transporte

SMOV

- Duplicação e Alargamento de Vias
- Pavimentação de Estradas
- Vias Deterioradas

SMT/ EPTC

- Programa de Mobilidade e organização do Espaço Urbano-
Abertura de Via e Rótulas
- Qualificação de Terminais e parada Segura
- Segurança Viária

OP da Juventude:

**Todas as Plenárias Temáticas
apresentam um item
específico para as demandas
da juventude**

OP da Juventude:

Demandas:

- **Construção de pista apropriada para uso de skatistas**
- **Pista de esportes radicais**
- **Reforma de quadras esportivas**

**ELEIÇÃO DOS
REPRESENTANTES DO
ORÇAMENTO
PARTICIPATIVO**

Eleição dos Conselheiros

Serão eleitos quatro Conselheiros, dois titulares e dois suplentes por temática e por Região, no caso de haver mais de uma chapa para eleição dos Conselheiros, será aplicada a tabela de proporcionalidade prevista no Regimento Interno.

Eleição de Delegados

As regiões e temáticas definirão o número de delegados na Rodada Única na seguinte proporção:

1 (um) delegado para cada dez participantes dentre aqueles devidamente identificados nas listas de presenças no dia da plenária.

ELEIÇÃO DOS CONSELHEIROS

Em caso de haver mais de uma lista para a eleição dos Conselheiros, se aplicará o seguinte quadro de proporcionalidade:

Votos	Titulares	Suplentes
75,1% de los votos	2	2
62,6% a 75,0%	2	1
55,1% a 62,5%	2	0
45,0% a 55,0%	1	1
37,6% a 44,9%	0	2
25,0% a 37,5%	0	1
24,9% o menos	0	0

Composição do Conselho do Orçamento Participativo

2 Conselheiros por Região da Cidade = 32 titulares

2 Conselheiros por Plenária Temática = 12 titulares

1 Representante da União das Associação de Moradores da Cidade

1 Representante do Sindicato dos Funcionários da Prefeitura

Total = 46 membros com direito a voto e mais 2 membros do governo sem direito a voto

Cronologia do orçamento participativo:

Regiões e Temáticas (Maio - Junho – Julho)

São encontros, sem a participação do governo na coordenação, nas 17 regiões, micro-regiões e nas 6 temáticas.

Os conselheiros e delegados do Orçamento Participativo, junto com suas comunidades, decidem, em ordem de prioridade, as obras e serviços que devem ser executados.

Cronologia do orçamento participativo

Assembléia Municipal (1ª Quinzena de Julho)

- ◆ **Posse dos Novos Conselheiros;**
- ◆ **Entrega da Hierarquização das Obras e Serviço;**
 - ◆ **REGIÕES** entregam ao GPO de um formulário para cada demanda elencada por tema.
 - ◆ **TEMÁTICAS** entregam ao GPO um formulário contendo Políticas/Diretrizes, Obras/Investimentos, Ações / Eventos e Estudos/Projetos.
- ◆ **Discussão de tema de caráter geral**

ELABORAÇÃO DO PLANO DE INVESTIMENTOS DEMANDAS DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

1. ASSEMBLÉIA MUNICIPAL (julho)

- Posse dos novos conselheiros;
- Entrega da hierarquização das obras e serviços
- Regiões entregam ao GPO um formulário para cada demanda elencada por prioridade;
- Temáticas entregam ao GPO um formulário contendo Políticas/Diretrizes, Obras/Investimentos, Ações/Eventos e Estudos/Projetos;
- Discussão de tema de caráter geral.

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO 2007

GPO



CÓDIGO DE DEMANDA 2 0 0 1

REGIÃO REGIAO

Nome da Região

PRIORIDADE TEMÁTICA

Nome da Prioridade Temática

SUB-ITEM

Nome do Sub-item da Prioridade Temática

HIERARQUIA 0 0 0 1

Ordem de Importância do Pedido da Região

DESCRIÇÃO DA DEMANDA PELA COMUNIDADE

(Informar o tipo de intervenção, sua localização, metragem, trecho necessário e indicar um ponto de referência)

Grid for description of the demand

METRAGEM SOLICITADA

Metros - Pavimentação e Saneamento Básico

BAIRRO

Nome do bairro

VILA

Nome da vila

DADOS DE USO EXCLUSIVO DO GPO

PRIORIDADE PROGRAMA HIERARQUIA

POPULAÇÃO DATA BAIRRO

VILA LOGRADOURO (CTM) CADASTRADO SIM NÃO

Nº PROCESSO OU OFÍCIO:

ÓRGÃO REGIÃO

PMPA - Protocolo de Recebimento

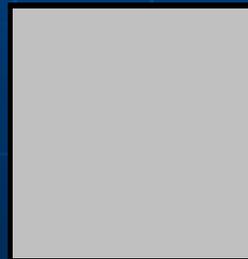
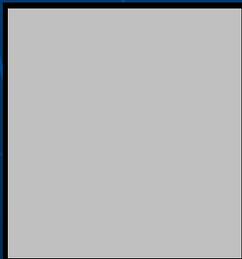
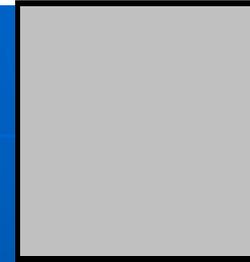
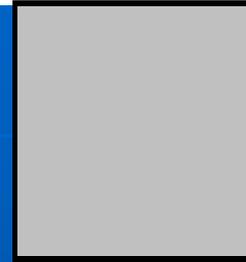
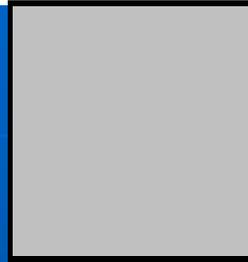
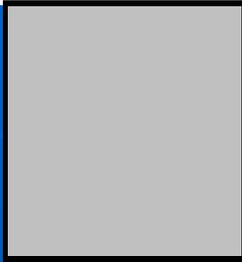
Conselheiros

GAPLAN

DATA

MAPA DA OBRA SOLICITADA

PREENCHA O MAPA DE LOCALIZAÇÃO DA RUA COM SUAS DEVIDAS TRANSVERSAIS E PARALELAS



2. ANÁLISE DAS DEMANDAS

Agosto – setembro- outubro

- No GPO é realizado o cadastramento das demandas no GOR (Gerência Orçamentária);
- Após o cadastramento o GPO libera para órgãos e secretarias emitirem parecer técnico, legal e financeiro;
- As demandas devem ser atendidas de acordo com as prioridades das regiões, das plenárias temáticas e das necessidades do governo para manter os níveis de serviços prestados à população.
- As três primeiras prioridades que somarem mais pontos serão as prioridades de governo para as 17 regiões da cidade junto com a análise dos formulários entregues nas plenárias temáticas.

3. ELABORAÇÃO DA MATRIZ ORÇAMENTÁRIA

Setembro

– O GPO compatibiliza as prioridades das regiões e temáticas com as propostas orçamentárias dos órgãos e elabora a matriz orçamentária.

-No COP os conselheiros do OP realizam um processo de discussão e deliberação sobre a matriz orçamentária.

-Outubro

-Aprovação da Matriz Orçamentária no Comitê Gestor

-Apresentação do Governo nos Fóruns Regionais e Temáticos

-15 de Outubro

- Prazo Legal para entrega da proposta orçamentária na Câmara de Vereadores.

Cronologia do orçamento participativo

Elaboração da Matriz Orçamentária:

Com base nas prioridades regionais, temáticas e institucionais, o governo propõe ao conselho do OP a distribuição dos grandes agregados da despesa.

*** Essa distribuição deve respeitar as três primeiras prioridades do conjunto das regiões.**

ELABORAÇÃO DA MATRIZ ORÇAMENTÁRIA

**INDICATIVO 1 - PRIORIDADES DAS
REGIÕES**



**INDICATIVO 2 - PRIORIDADES
TEMÁTICAS**



INDICATIVO 3 - DESPESAS RÍGIDAS



PRIMEIRA MATRIZ ORÇAMENTÁRIA

Elaboração da Matriz Orçamentária:

1º INDICADOR DE PLANEJAMENTO

PRIORIDADES DAS REGIÕES

O governo recebe as quatro prioridades temáticas eleitas pelas regiões e faz o cálculo de acordo com a seguinte classificação:

- 1ª prioridade 4 pontos**
- 2ª prioridade 3 pontos**
- 3ª prioridade 2 pontos**
- 4ª prioridade 1 ponto**

As três prioridades que somarem mais pontos se converterão nas prioridades de governo para toda a cidade.

Critérios Gerais para a distribuição dos recursos

Critérios Gerais para a distribuição dos recursos:

1 - População

2 - Carência

3 - Prioridade

Critérios Gerais para a distribuição dos recursos:

População Total da Região
Peso 2

Até 25.000 habitantes.....	nota 1
De 25.001 até 45.000.....	nota 2
De 45.001 até 90.000.....	nota 3
Mais de 90.001 habitantes.....	nota 4

Fonte: IBGE

Critérios Gerais para a distribuição dos recursos:

Carência do Serviço ou Infra-estrutura

Peso 4

De 0,01% até 14,99%.....	nota 1
De 15% até 50,99%.....	nota 2
De 51% até 75,99%.....	nota 3
De 76% em diante.....	nota 4

Critérios Gerais para a distribuição dos recursos:

Prioridade Temática da Região

Peso 5

Quarta prioridade.....	nota 1
Terceira prioridade.....	nota 2
Segunda prioridade.....	nota 3
Primeira prioridade.....	nota 4

**EXEMPLO DE CÁLCULO DA
DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS OP 2007**

DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS 2007

PAVIMENTAÇÃO - SMOV

REGIÕES	PRIORIDADE DA REGIÃO			CARÊNCIA DE INFRA-ESTRUTURA			POPULAÇÃO DA REGIÃO			TOTAL PONTOS	RECURSOS %	RECURSOS (M)
	NOTA	PESO	SUBTOTAL	NOTA	PESO	SUBTOTAL	NOTA	PESO	SUBTOTAL			
HUMAITÁ/NAVEG/ILHAS	1	5	5	1	4	4	3	2	6	15	4,17	833
NOROESTE	0	5	0	1	4	4	4	2	8	12	3,33	667
LESTE	2	5	10	1	4	4	4	2	8	22	6,11	1.222
LOMBA DO PINHEIRO	4	5	20	3	4	12	3	2	6	38	10,56	2.111
NORTE	2	5	10	1	4	4	3	2	6	20	5,56	1.111
NORDESTE	3	5	15	2	4	8	1	2	2	25	6,94	1.389
PARTENON	4	5	20	2	4	8	4	2	8	36	10,00	2.000
RESTINGA	3	5	15	1	4	4	3	2	6	25	6,94	1.389
GLÓRIA	4	5	20	2	4	8	2	2	4	32	8,89	1.778
CRUZEIRO	0	5	0	1	4	4	3	2	6	10	2,78	556
CRISTAL	0	5	0	1	4	4	2	2	4	8	2,22	444
CENTRO-SUL	3	5	15	2	4	8	4	2	8	31	8,61	1.722
EXTREMO-SUL	4	5	20	3	4	12	1	2	2	34	9,44	1.889
EIXO BALTAZAR	0	5	0	1	4	4	3	2	6	10	2,78	556
SUL	4	5	20	1	4	4	3	2	6	30	8,33	1.667
CENTRO	0	5	0	1	4	4	4	2	8	12	3,33	667
TOTAL										360	100,00	20.000

EXEMPLO DE CÁLCULO DA DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS

PI 2007 - REGIÃO EXTREMO-SUL PAVIMENTAÇÃO

- **1ª prioridade temática da região**
Nota 4 X Peso 5 = 20 Pontos
- **Carência infra-estrutura**
Nota 3 x Peso 4 = 12 pontos
- **População: 20.647 habitantes**
Nota 1 x Peso 2 = 2 pontos

TOTAL 34 PONTOS

**REPRESENTA 9,44 % DO TOTAL DA PONTUAÇÃO
(360 PONTOS)**

REGIÃO RECEBEU 9,44 % DOS 20.000 M = 1.899M

EXEMPLO

- A Prefeitura verificou seu Orçamento e nele era possível construir 20.000 metros de asfalto. Após isto aplicou-se a regra de distribuição de recursos, o que culminou em 1.899 metros para a região Extremo-Sul

DA QUARTA A DÉCIMA TERCEIRA PRIORIDADE TEMÁTICA DAS 16 REGIÕES

Terão preferência as demandas que estejam entre as quatro primeiras prioridades temáticas da região. Se tiver saldo disponível serão atendidas as outras regiões considerando a viabilidade técnica das demandas e a carência de infraestrutura ou serviço de cada região.

OUTUBRO A DEZEMBRO

- **Apresentação e votação da Proposta do Plano de Investimentos e Serviços (análise técnico-financeira das demandas da população) nos foros de delegados regionais e temáticos.**
- **Os coordenadores do GPO e da SMGL apresentam as obras e serviços que não têm impedimentos legais ou técnicos para sua execução. Conjuntamente com os secretários dos órgãos envolvidos na demanda, explicam aos delegados porque determinada demanda não poderá ser implementada.**

- **15 DE OUTUBRO**

- Prazo legal estabelecido pela Lei Orgânica do Município de Porto Alegre para entrega do Orçamento ao legislativo.

- **15 OUTUBRO A 15 DEZEMBRO**

- Vereadores discutem e votam a proposta do Executivo.

NOVEMBRO - DEZEMBRO

- Discussão nos foros regionais e temáticos das alterações no Regulamento Interno, no Ciclo e nos Critérios;
- Apresentação do PI e apreciação de recursos.

DEZEMBRO - JANEIRO

- Conselho do Orçamento Participativo discute e vota alterações do Regulamento Interno, Ciclo do Processo e Critérios.

FEVEREIRO

- **Recesso**

Principais etapas do ciclo:

- 1 - Assembléias de base e construção dos indicadores (março/julho)**
- 2 - Novo conselho e montagem da Matriz Orçamentária (julho/setembro)**
- 3 - Detalhamento do Plano de Investimentos e Serviços (outubro/novembro)**
- 4 - Revisão do Regimento Interno (dezembro/janeiro)**

EXPANSÃO DO OP NO BRASIL

- Entre 1989 e 1992, apenas 12 municípios praticaram o OP em todo o Brasil;
- Entre 1993 e 1997, 36 municípios realizam o OP;
- Entre 1997 e 2000, 103 municípios praticaram o OP;
- Atualmente existem centenas de modelos

Ranking das Melhores Cidades para Investimentos

PORTO ALEGRE está atualmente
entre as melhores cidades
brasileiras para se fazer negócios.

Levando-se em conta a qualidade de vida
(educação, saúde, segurança e distribuição de
renda) , o potencial de consumo, estrutura
empresarial e empregos.

Fonte: Revista Exame

Qualidade de Vida

	Porto Alegre	Brasil
Expectativa de vida	70,3	67,5
Alfabetização	96,3%	84,9%
Coleta de lixo	100%	64,5%
Coleta de esgoto	84%	42%
Abastecimento de água	99%	73,4%
Energia elétrica	98%	87,8%
Mort. Infantil p/ 1000 hab.	14,8	37,5

Fonte: IBGE, Governo do Estado RS, PMPA e CEEE

IPTU

(Imposto Predial e Territorial Urbano)

 Inadimplência:

antes do OP: 20%

hoje: 12%

Participação Popular e Gasto Público Redistributivo

Orçamento Participativo: Inversão de prioridades

- 📄 Rede de água: de 83% para 99%
- 📄 Coleta de esgoto: de 46% para 84%
- 📄 Pavimentação: de 4 Km ao ano para 20-30 Km ao ano
- 📄 Número de matrículas nas escolas duplicou
- 📄 Melhora de 80 unidades de saúde

OBJETIVOS

- **AUTO – SUSTENTABILIDADE**
- **CRECIMENTO DA PARTICIPAÇÃO**
- **CAPACITAÇÃO DA CIDADANIA**
- **INTEGRAÇÃO COM O LEGISLATIVO**
- **CONSOLIDAÇÃO COMO UM PROCESSO DA CIDADE**

CONTATOS

- www.portoalegre.rs.gov.br/op
- +55 51 3289 1301 – 1302

O OP privilegia pobres dos bairros e vilas?

OP/POBRES	Nº CIT.	FREQ
Não -resposta	53	6,26%
discordo totalmente	48	5,67%
discordo em parte	37	4,37%
concordo em parte	255	30,11%
concordo totalmente	454	53,60%
total	847	100,00%

O OP amplia a democracia na cidade?

OP/democracia	Nº CIT.	FREQ
Não -resposta	73	8,62%
discordo totalmente	32	3,78%
discordo em parte	31	3,66%
concordo em parte	226	26,68%
concordo totalmente	485	57,26%
total	847	100,00%

O OP aumenta a eficiência do governo?

OP/Eficiência	Nº CIT.	FREQ
Não -resposta	66	7,79%
discordo totalmente	47	5,55%
discordo em parte	49	5,79%
concordo em parte	247	29,16%
concordo totalmente	438	51,71%
total	847	100,00%